



## CONHECIMENTOS GERAIS

**LÍNGUA PORTUGUESA****Texto 01 para as questões de 01 a 05.**

As histórias de Recife e Olinda possuem uma série de intersecções. Um dos maiores símbolos desses encontros é a data de aniversário compartilhada. Neste domingo (12), a capital pernambucana e a Marim dos Caetés celebram 486 e 488 anos, respectivamente.

Por quase cinco séculos, as duas percorreram uma trajetória de insurreições, presenciaram o desenvolvimento de um vasto arcabouço cultural e, sobretudo, assistiram à formação de um povo forte, que resiste, como pode, aos contrastes intrínsecos à vida metropolitana.

À medida que as duas cidades cresceram, as dimensões da relevância de Recife e Olinda na formação do Brasil passaram a ser notadas. As irmãs – que possuíram, em diferentes momentos históricos, o título de capital do estado de Pernambuco – estão entre as seis cidades mais antigas do país, sendo Recife a mais velha entre as capitais estaduais.

Mas de onde vem essa inclinação ao ato de resistir? Um dos caminhos para compreender o que justifica esse traço presente na essência dos moradores das cidades-irmãs implica uma volta no tempo. A longevidade, de acordo com o historiador George Félix Cabral de Souza, é uma característica que abriu espaço para um sentimento de identificação e potencializou movimentos de contestação aos poderes centrais.

“Os movimentos de resistência aos poderes centrais são reflexos de uma população que tem raízes muito antigas. Em 1817, ano da Revolução Pernambucana, por exemplo, o estado já era ocupado há quase 300 anos, o que resultou numa população muito arraigada à sua terra. Quando isso se mistura ao pensamento iluminista, característico do século XIX, você tem uma grande explosão de contestação. Tudo isso gerou um sentimento forte de identificação, afirmação identitária, um bairrismo que virou característica”, explica Cabral de Souza, que é professor e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP).

“Outro ponto importante são os conflitos com os holandeses que aconteceram nas duas cidades no século XVII. Alguns historiadores acreditam que, se não fosse a vitória dos pernambucanos no conflito, a formação de um país de dimensões continentais, como é o Brasil, não seria viável por causa dessa ruptura”, completa.

O que explica a data de aniversário compartilhada?

Apesar de dividirem a mesma data de aniversário, o dia 12 de março, Recife e Olinda não nasceram no mesmo dia. Segundo o pesquisador George Félix Cabral de Souza, trata-se de uma convenção que, no fim das contas, aproximou ainda mais as duas cidades.

“A data de fundação que nós comemoramos hoje foi convencionada por um grupo de historiadores em 1960. Isso foi definido a partir de um documento, o Foral de Olinda\*, que é um documento datado de 12 de março de 1537 que possui uma menção ao ‘recife dos navios’; essa data ficou definida como a fundação do Recife. Dois anos antes, em 12 de março de 1535, definiu-se como a data de fundação de Olinda”, conta o pesquisador, ressaltando que a definição não foi consenso entre os historiadores da época.

Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/olinda-e-recife-uma-historia-de-resistencias-e/261462/> Acesso em 20/09/2024.

**01. Do segmento “As histórias de Recife e Olinda possuem uma série de intersecções”, extrai-se que**

- A) as histórias de Olinda e Recife apresentam escassos pontos de convergência.
- B) entre Recife e Olinda, inexistem pontos em comum.
- C) Recife e Olinda divergem, no tocante a suas histórias, em diversos segmentos sociais e econômicos.
- D) existem vários pontos de convergência em relação às histórias de Olinda e Recife.
- E) raras intersecções são percebidas entre as histórias sobre as cidades de Olinda e Recife.

**02. Observe o fragmento de texto abaixo e os termos nele destacados:**

“Tudo isso gerou um sentimento forte de identificação, afirmação IDENTITÁRIA(1) um bairrismo que virou CARACTERÍSTICA”(2).

**Em que alternativa abaixo, a dupla de termos é acentuada seguindo as mesmas regras gramaticais dos termos acima destacados?**

- A) (1) Caetés; (2) Resistência.
- B) (1) Aniversário; (2) País.
- C) (1) Vitória; (2) Século.
- D) (1) Título; (2) Históricos.
- E) (1) Época; (2) Viável.

**03. Assinale a alternativa na qual os termos destacados em maiúscula são exemplo de Regência Nominal.**

- A) "...que resiste, como pode, aos contratempos intrínsecos À VIDA METROPOLITANA."  
 B) "...e, sobretudo, assistiram À FORMAÇÃO DE UM POVO FORTE..."  
 C) "...o que resultou NUMA POPULAÇÃO MUITO ARRAIGADA À SUA TERRA."  
 D) "...Recife e Olinda não nasceram NO MESMO DIA."  
 E) "A data de fundação que nós comemoramos hoje foi convencionada POR UM GRUPO DE HISTORIADORES..."

**04. Observe os itens abaixo:**

- |  |
|--|
| <p><b>I.</b> "...e, sobretudo, assistiram à formação de um povo forte, que resiste, como pode, aos contratempos intrínsecos à vida metropolitana."<br/> <b>II.</b> "À medida que as duas cidades cresceram, as dimensões da relevância de Recife e Olinda na formação do Brasil passaram a ser notadas."</p> |
|--|

**Sobre o emprego da Crase, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) Tanto no item I como no II, a crase é facultativa.  
 B) No item I, a primeira crase é facultativa.  
 C) No item II, a crase não é facultativa.  
 D) No item I, a segunda crase é facultativa.  
 E) Apenas no item I, a primeira e a segunda crase são facultativas.

**05. Em qual das alternativas abaixo, o verbo NÃO pede complemento regido de preposição?**

- A) "...e, sobretudo, assistiram à formação de um povo forte..."  
 B) "...o que resultou numa população muito arraigada à sua terra."  
 C) "Quando isso se mistura ao pensamento iluminista..."  
 D) "...trata-se de uma convenção..."  
 E) "...você tem uma grande explosão de contestação."

**06. Reportagens, biografias, listas de compras, anúncios de classificados são exemplos de textos**

- A) narrativos.  
 B) descritivos.  
 C) injuntivos.  
 D) argumentativos.  
 E) expositivos.

**Texto 02 para as questões de 07 a 09.****LIDANDO COM O TEMPO OU ADMINISTRANDO O TEMPO**

Muito antes de Albert Einstein e da Teoria da Relatividade, já conhecíamos a característica relativa do tempo. Quem nunca sentiu na pele o quanto demora a se concretizar algo que almeja muito ou quão fugaz não foi um evento em que se estava cercado de pessoas queridas?

Quer ser uma pessoa de sucesso? Aprenda a lidar com o tempo e a administrá-lo. Vale a pena mencionar um excelente texto de Raduan Nassar: "O tempo é o maior tesouro de que um homem pode dispor. Não tem começo nem fim. Onipresente, o tempo está em tudo. Existe tempo nas cadeiras onde sentamos, nos móveis da família, nas paredes, na água que bebemos(...)

Rico só é o homem que aprendeu, piedoso e humilde, a conviver com o tempo, aproximando-se dele com ternura, não contrariando suas disposições, não se rebelando contra seu curso, não irritando sua corrente, estando atento para seu fluxo, brindando antes com sabedoria para receber dele os favores e não a sua ira.

(...)

Na conta do tempo, não pode deixar de haver espaço para o lazer, para a atividade física e para exercitar a sua fé."

DOUGLAS, William. *Sabedoria para Vencer*. 2021. p.141-142.

**07. Em qual das alternativas abaixo, existe uma mensagem NÃO declarada no texto 02?**

- A) Anteriormente a Albert Einstein e à Teoria da Relatividade, já se tinha consciência quanto à característica relativa do tempo.  
 B) O tempo é fator essencial para se atingir o sucesso.  
 C) Segundo Nassar, o tempo é de pouca valia na vida humana.  
 D) O homem precisa priorizar, em seu tempo, momentos para o lazer, para atividade física e para o exercício da fé.  
 E) Considera-se rico aquele que sabe conviver bem com o tempo em sua vida.

**08. Em: “O tempo é o maior tesouro de que um homem pode DISPOR.”, o verbo destacado em maiúscula**

- A) não pede complemento.  
 B) pede dois complementos, um regido de preposição e o outro sem preposição.  
 C) pede apenas um complemento e este não vem regido de preposição.  
 D) pede apenas um complemento e este vem regido de preposição.  
 E) tem como um de seus complementos “um homem”.

**09. No tocante à Acentuação, analise os itens abaixo, observando os termos destacados em maiúscula:**

- |             |  |
|-------------|--|
| <b>I.</b>   | “...já conhecíamos a <b>CARACTERÍSTICA</b> relativa do tempo.” |
| <b>II.</b>  | “... nos <b>MÓVEIS</b> da família...”                          |
| <b>III.</b> | “... e para exercitar a sua <b>FÉ.</b> ”                       |
| <b>IV.</b>  | “...para a atividade <b>FÍSICA</b> e para exercitar a sua fé.” |

**Em que item(ns), a tonicidade do termo (s) destacado(s) recai na penúltima sílaba?**

- A) Apenas no II.  
 B) Apenas no I e no IV.  
 C) Apenas no III.  
 D) Apenas no II e no IV.  
 E) Apenas no III e no IV.

**Texto 03 para a questão 10.**

A Polícia Militar encontrou, na manhã dessa 4ª feira, o corpo da vítima. Ela era gorda, de meia altura, olhos castanhos e cabelos curtos e loiros.

Disponível em: [https://www.google.com/search?q=exemplos+de+textos+Acesso em 08 de outubro de 2024.](https://www.google.com/search?q=exemplos+de+textos+Acesso+em+08+de+outubro+de+2024)

**10. Sobre o texto 03, é CORRETO afirmar que se trata de um texto**

- A) descritivo.  
 B) injuntivo.  
 C) narrativo.  
 D) expositivo.  
 E) argumentativo.

**ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****11. O Decreto Federal n. 1.171, de 22 de junho de 1994, aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.**

Assinale a assertiva abaixo que NÃO indica conduta vedada ao servidor público por este decreto:

- A) alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências.  
 B) apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.  
 C) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.  
 D) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.  
 E) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam.

**12. Decreto Federal n. 1.171, de 22 de junho de 1994, veicula importantes normas éticas para a orientação das condutas do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.**

Analise as assertivas abaixo:

- I.** A integração da moralidade administrativa ao Direito constitui contrapartida a remuneração do servidor público, que é custeada pelos tributos pagos direta e indiretamente por todos, até por ele próprio.
- II.** Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação.
- III.** A função pública deve ser tida como exercício profissional, mas não deve interferir na vida particular do servidor público. Neste sentido, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada não poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
- IV.** Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

Considerando-se as disposições do Decreto Federal n. 1.171, de 22 de junho de 1994, devem ser consideradas corretas as assertivas:

- A) I, II e III, apenas.  
 B) I, II e IV, apenas.  
 C) I, III e IV, apenas.  
 D) II, III e IV, apenas.  
 E) I, II, III e IV.

**13. O Decreto Federal n. 1.171, de 22 de junho de 1994, regulamenta a atuação das Comissões de Ética no âmbito da Administração Pública Federal. No que diz respeito às competências das Comissões de Ética, conforme o referido Decreto, é INCORRETO afirmar que:**

- A) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.
- B) À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
- C) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de advertência, censura, suspensão ou demissão; e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.
- D) Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.
- E) Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta implementarão, em sessenta dias, as providências necessárias à plena vigência do Código de Ética, inclusive mediante a Constituição da respectiva Comissão de Ética, integrada por três servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente. A constituição da Comissão de Ética será comunicada à Secretaria da Administração Federal da Presidência da República, com a indicação dos respectivos membros titulares e suplentes.

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

**14. Levando em consideração os preceitos contidos na Lei Orgânica do Município de Olinda, assinale a assertiva abaixo que NÃO corresponde a uma competência privativa do Município de Olinda:**

- A) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os documentos e as paisagens de sítios históricos.
- B) legislar sobre assuntos de interesse local.
- C) estabelecer o itinerário, os locais de estacionamento, os pontos de paradas, e fixar as tarifas dos transportes coletivos, inclusive de táxis.
- D) fiscalizar, nos locais de venda ao consumidor, a veracidade de peso e medida, anunciados no produto e as condições sanitárias dos órgãos.
- E) interditar edificações em ruínas ou em condições de insalubridade e fazer demolir construções que ameacem ruir.

**15. Analise as assertivas abaixo sobre as reuniões da Câmara Municipal de Olinda:**

- |   |
|---|
| <p><b>I.</b> É vedada a indenização de reuniões extraordinárias, convocadas em quaisquer das formas previstas na Lei Orgânica do Município de Olinda, no Regimento Interno da Câmara Municipal de Olinda e em qualquer outra legislação que regule a espécie.</p> <p><b>II.</b> A Câmara Municipal poderá reunir-se, extraordinariamente, apenas quando convocada por 2/3 (dois terços) de seus membros.</p> <p><b>III.</b> Não poderá ser realizada mais de uma reunião ordinária por dia. Mas, quando convocada pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara Municipal, com antecedência de 03 (três) dias, admitir-se-á a realização de mais de uma reunião extraordinária no mesmo dia.</p> <p><b>IV.</b> As reuniões da Câmara somente poderão ser abertas com a presença de no mínimo 1/3 dos Vereadores.</p> |
|---|

**Estão CORRETAS as assertivas:**

- A) I, II, III e IV.  
B) II, III e IV, apenas.  
C) I, II e III, apenas.  
D) III e IV, apenas.  
E) I e IV, apenas.

**16. Assinale abaixo a assertiva que não corresponde a uma das atribuições do Prefeito nos termos da Lei Orgânica do Município de Olinda:**

- A) autorizar a celebração de convênios com entidades de direito privado, que decorram às expensas de recursos financeiros, materiais e humanos para o Município.  
B) permitir ou autorizar o uso de bens municipais, por terceiros.  
C) desenvolver o sistema viário do Município.  
D) prover os serviços e obras da administração pública.  
E) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara.

**17. Assinale a assertiva abaixo que NÃO corresponde à hipótese de vedação de instituição de impostos pela Lei Orgânica do Município de Olinda:**

- A) instituir imposto sobre patrimônio ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.  
B) instituir imposto no mesmo exercício financeiro, em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.  
C) instituir imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.  
D) instituir imposto sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.  
E) instituir imposto em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentados.

**18. Considerando as prescrições da Lei Complementar Municipal n. 01/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Olinda) em relação às férias dos servidores, assinale a afirmativa INCORRETA:**

- A) As férias do servidor estudante ou professor, serão preferencialmente concedidas nos meses que coincidam com as férias escolares.  
B) Os servidores membros da mesma família tem direito de gozar férias no mesmo período, desde que não resulte prejuízo para o serviço.  
C) Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos doze meses de exercício.  
D) Sempre que as férias não forem concedidas dentro do prazo de doze meses após cada período aquisitivo, o servidor fará jus a contagem em dobro para efeito de aposentadoria, mas não poderá gozá-las cumulativamente com as férias de outro exercício.  
E) O servidor fará jus, anualmente, a trinta dias consecutivos de férias, podendo ser gozadas em dois períodos iguais de quinze dias no mesmo ano, um dos quais poderá ser convertido em espécie.

19. Analise as assertivas abaixo em relação aos requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Olinda:

- |      |   |
|------|---|
| I.   | ter idade mínima de dezoito anos.           |
| II.  | estar no gozo dos direitos políticos.       |
| III. | ter nacionalidade brasileira ou equiparada. |
| IV.  | ter residência fixa no Município de Olinda. |

Nos termos da Lei Complementar Municipal n. 01/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Olinda), é **CORRETO** elencar entre os requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Olinda:

- |                          |                     |
|--------------------------|---------------------|
| A) I, II e III, apenas.  | D) I, II, III e IV. |
| B) II, III e IV, apenas. | E) I e II, apenas.  |
| C) I, III e IV, apenas.  |                     |

20. Em relação às formas de provimento de cargo público no Município de Olinda, segundo a Lei Complementar Municipal n. 01/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Olinda), é **INCORRETO** afirmar que

- A) a nomeação será feita em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de carreira; e será em comissão, quando se tratar de cargo que, em virtude de lei, seja de livre nomeação ou exoneração, satisfeitos os requisitos legais e regulamentares.
- B) a reversão é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica, sem acarretar redução no seu vencimento.
- C) a transferência é a passagem do funcionário para cargo de carreira de mesma denominação, classe e vencimento, pertencente a quadro de pessoal de um para outro órgão, no âmbito da administração direta, autarquias e fundações.
- D) a promoção se dará no cargo de carreira por merecimento e antiguidade, alternativamente e a intervalos não superiores a dez anos.
- E) a reintegração é o reingresso no serviço público, por efeito de decisão administrativa ou judicial, do servidor indevidamente demitido ou exonerado, sem ressarcimento pelo município dos prejuízos decorrentes do afastamento.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Levando em consideração as prescrições constitucionais sobre a organização político-administrativa do Brasil, assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a um dos entes da Federação.

- A) A União.                      B) Os Municípios.                      C) Os Estados.                      D) O Distrito Federal.                      E) O Senado Federal.

22. **NÃO** é da competência privativa da União legislar sobre

- |                           |                                       |
|---------------------------|---------------------------------------|
| A) desapropriação.        | D) sistemas de consórcios e sorteios. |
| B) trânsito e transporte. | E) propaganda comercial.              |
| C) produção e consumo.    |                                       |

23. Analise as assertivas abaixo em relação ao Poder Legislativo:

- |      |   |
|------|---|
| I.   | O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três senadores, com legislatura que terá a duração de oito anos. |
| II.  | Cada unidade da Federação deve ter no mínimo oito deputados federais.   |
| III. | Cada Senador será eleito com um suplente.   |
| IV.  | A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.   |

Está **CORRETO** o que se afirma em

- |                         |                         |
|-------------------------|-------------------------|
| A) I, II e III, apenas. | D) I, III e IV, apenas. |
| B) II e IV, apenas.     | E) I, II, III e IV.     |
| C) III e IV, apenas.    |                         |

**24. Trata-se de hipótese de competência privativa da Câmara dos Deputados:**

- A) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- B) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- C) avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.
- D) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- E) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.

**25. No tocante ao regime constitucional imposto às medidas provisórias, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
- B) Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.
- C) Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.
- D) A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.
- E) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

**26. Analise as assertivas abaixo sobre a família, criança, adolescente, jovem e idoso:**

- I. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.
- II. O casamento é civil e a celebração e o registro são gratuitos.
- III. Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.
- IV. Aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

**Levando-se em consideração os princípios e regras constitucionais pertinentes à matéria, está CORRETO o que se afirma em**

- A) III, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, apenas.

**27. No que diz respeito aos princípios constitucionais que devem pautar a atuação do Brasil nas suas relações internacionais, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) Igualdade entre os Estados.
- B) Concessão de asilo político.
- C) Intervenção humanitária nos Estados violadores de direitos humanos.
- D) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- E) Autodeterminação dos povos.

**28. À luz dos direitos e deveres individuais e coletivos assegurados pela Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- B) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, a qualquer hora, por determinação judicial.
- C) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.



- D) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- E) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

---

**29. Quanto à liberdade de associação garantida pela Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- B) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- C) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- D) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- E) A criação de cooperativas depende de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

---

**30. No que diz respeito aos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) O salário-família deve ser pago em razão do dependente do trabalhador, independentemente de renda, nos termos da lei.
- B) É assegurada a participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;
- C) É garantida a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em quarenta por cento à do normal
- D) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- E) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de quinze dias, nos termos da lei.

---

**31. O tombamento é um importante instrumento de intervenção do Estado na propriedade.**

**Em relação ao tombamento, NÃO é correto afirmar que**

- A) o Poder Público, com a colaboração da comunidade, faz uso do tombamento com a finalidade de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro.
- B) o tombamento importa na imposição de obrigação ao proprietário de preservar o bem, não podendo destruí-lo, demoli-lo ou alterar sua estrutura.
- C) o tombamento pode recair sobre bens pertencentes às pessoas naturais, às pessoas jurídicas de direito privado e às pessoas jurídicas de direito público interno.
- D) obras de origem estrangeira, desde que pertencentes às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país, não são passíveis de tombamento.
- E) o tombamento importa em transferência da propriedade privada a pessoa jurídica de direito público interno.

---

**32. A desapropriação é um importante instrumento de intervenção do Estado na propriedade. Assinale a alternativa CORRETA sobre o regime jurídico da desapropriação no direito brasileiro.**

- A) Apenas bens do domínio privado podem ser objeto de desapropriação.
- B) Apenas o Poder Executivo poderá tomar a iniciativa da desapropriação. A declaração de utilidade pública far-se-á por decreto do Presidente da República, Governador, Interventor ou Prefeito.
- C) Apenas pessoas jurídicas de direito público interno poderão promover a desapropriação.
- D) As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão desapropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, mediante pagamento de justa e prévia indenização ao proprietário.
- E) Ao Poder Judiciário é vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.

---

**33. Em relação aos bens públicos, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) As ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União são bens dos Estados.
- B) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar. Contudo, nos termos da lei, os bens públicos dominicais podem ser alienados.
- C) As terras tradicionalmente ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são bens da União.
- D) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União.
- E) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

**34. Analise as assertivas abaixo sobre o regime jurídico da administração pública:**

- I. Sob pena de contrariar o princípio da boa-fé, a administração pública não pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.
- II. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir, tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa.
- III. A condição de servidor público não exclui a garantia constitucional da inviolabilidade da intimidade e da privada. Neste sentido, é ilegítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela administração pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.
- IV. Tendo em vista o princípio da legalidade, somente em virtude de lei municipal específica pode-se estabelecer restrições à investidura de parentes nos cargos de confiança do Município, posto que a Constituição Federal confere ao administrador público ampla liberdade de escolha para o provimento dos cargos públicos de livre nomeação.

**Está INCORRETO o que se afirma em**

- A) I, III e IV, apenas.
- B) I, II, III e IV.
- C) III e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) II e IV, apenas.

**35. Levando-se em consideração os princípios aplicáveis a administração pública, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- B) Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das empresas públicas, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada
- C) A transformação de carreira de nível médio em outra de nível superior, com atribuições iguais ou distintas, não constitui forma de provimento derivado que resulte em violação ao princípio do concurso público.
- D) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- E) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.

**36. Levando-se em consideração o regime jurídico da improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) Não estão sujeitas às sanções da Lei de Improbidade Administrativa os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.
- B) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- C) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, independentemente de participação e benefícios diretos.
- D) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente não estão sujeitos à obrigação de repará-lo.
- E) Poderá configurar improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, independentemente da aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.

**37. Analise as assertivas abaixo em relação ao regime jurídico da improbidade administrativa:**

- I. A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- II. O ajuizamento da ação de improbidade administrativa suspende o curso prescricional por, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de suspensão.
- III. A instauração de inquérito civil interrompe o curso da prescrição da pretensão sancionadora por improbidade administrativa.

**IV.** A suspensão e a interrupção da prescrição produzem efeitos relativamente a todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade.

**Está CORRETO o que se afirma em**

- A) I, II e III, apenas.  
 B) I e III, apenas.  
 C) III e IV, apenas.  
 D) IV, apenas.  
 E) II e IV, apenas.

**38. No que diz respeito aos impostos sobre o patrimônio e a renda, é CORRETO afirmar que**

- A) O imposto sobre a propriedade territorial rural é de competência dos Estados.  
 B) Na determinação da base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, considera-se o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.  
 C) Apenas o proprietário do imóvel deve ser considerado contribuinte do imposto sobre a propriedade territorial rural.  
 D) A base de cálculo do imposto sobre a propriedade territorial rural é o valor venal do imóvel.  
 E) A base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana é o valor venal do imóvel.

**39. Analise as assertivas abaixo acerca do imposto sobre a transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos:**

- I.** a transmissão de direitos reais de garantia sobre bens imóveis não constitui fato gerador do imposto sobre a transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos.  
**II.** a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, conforme definidos na lei civil, não constitui fato gerador do imposto sobre a transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos.  
**III.** a cessão de direitos relativos às transmissões, a qualquer título, da propriedade ou domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, conforme definidos na lei civil, não constitui fato gerador do imposto sobre a transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos.  
**IV.** o imposto sobre a transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos não incide sobre a transmissão de direitos reais sobre imóveis quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito.

**Está CORRETO o que se afirma em**

- A) I e IV, apenas.  
 B) IV, apenas.  
 C) I, III e IV, apenas.  
 D) I e II, apenas.  
 E) I, II e III, apenas.

**40. Considerando-se o disposto no Código Tributário Nacional sobre as taxas, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) Reputa-se fato gerador das taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios em relação apenas aos serviços públicos utilizados pelo contribuinte efetivamente.  
 B) A taxa pode ser calculada em função do capital das empresas.  
 C) As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia.  
 D) Apenas a União poderá instituir taxa que tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.  
 E) A taxa pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto.

**41. Conforme as regras previstas no Código Tributário Nacional acerca da administração tributária, não deve(m) ser considerado(s) obrigado(s) a prestar à autoridade administrativa mediante intimação escrita todas as informações de que dispõem em relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:**

- A) os bancos, por causa da garantia do sigilo bancário.  
 B) os inventariantes, em razão do segredo de justiça.  
 C) os corretores e leiloeiros, em razão do princípio da intangibilidade.  
 D) os síndicos, em razão do poder de polícia.  
 E) o advogado, em virtude da garantia do sigilo profissional.

**42. Conforme as prescrições do Código Tributário Nacional em matéria de crédito tributário, é INCORRETO afirmar que**

- A) a extinção das obrigações do falido requer prova de quitação de todos os tributos.
- B) a cobrança judicial do crédito tributário sujeita-se a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.
- C) o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho
- D) sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- E) a natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

**43. Analise as assertivas abaixo sobre o regime da isenção de créditos tributários:**

- I. A isenção é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.
- II. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.
- III. A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observados os pressupostos legais.
- IV. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

**Está INCORRETO o que se afirma em**

- A) I, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) IV, apenas.

**44. Levando-se em consideração as disposições constantes do Manual de Redação da Presidência da República, é CORRETO afirmar que**

- A) em vista das especificidades regionais, não se deve exigir uniformidade das comunicações ou certo padrão nas comunicações realizadas pela administração pública federal.
- B) o uso do padrão culto da língua portuguesa impõe a necessidade da adoção de um modo rebuscado e de figuras de linguagem próprias do estilo literário nas comunicações oficiais.
- C) o uso do padrão culto da língua portuguesa é imprescindível na comunicação oficial, mas isto não significa uma oposição a simplicidade na comunicação.
- D) existe um padrão oficial de linguagem a ser observado nas comunicações oficiais.
- E) as comunicações administrativas devem ser formais, mas tal formalidade pode ser dispensada para as comunicações feitas em meio eletrônico (e-mail, por exemplo).

**45. Conforme determina o Manual de Redação da Presidência da República, em relação ao emprego de pronomes de tratamento da redação oficial, é INCORRETO afirmar que**

- A) na redação oficial, é necessária atenção para o uso dos pronomes de tratamento em três momentos distintos: no endereçamento, no vocativo e no corpo do texto.
- B) o endereçamento é o texto utilizado no envelope que contém a correspondência oficial.
- C) no vocativo, o autor dirige-se ao destinatário no início do documento.
- D) não é possível empregar o pronome de tratamento em sua forma abreviada no corpo do texto das comunicações oficiais.
- E) tradicionalmente, o emprego dos pronomes de tratamento adota a segunda pessoa do plural, de maneira indireta, para referenciar atributos da pessoa à qual se dirige.

**46. Com base na Lei Ordinária Municipal n. 5.578/2007, no que diz respeito aos critérios a serem adotados nos processos administrativos, é INCORRETO afirmar que**

- A) é necessária a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.
- B) é possível a cobrança das despesas processuais mediante determinação da autoridade incumbida de dirigir o processo administrativo.
- C) é imprescindível a garantia dos direitos a comunicação, a apresentação de alegações finais, a produção de provas e a interposição de recursos nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio.
- D) não é imprescindível a divulgação dos atos administrativos em relação às hipóteses de sigilo constitucionalmente previstas.
- E) deve ser observada a adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

**47. A Lei Ordinária Municipal n. 5.578/2007 prescreve diversas regras sobre processos administrativos no âmbito de Olinda. Sobre isso, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente exigir.
- B) Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.
- C) Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento do órgão ou entidade na qual tramitar o processo.
- D) Os atos do processo devem realizar-se necessariamente na sede do órgão, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.
- E) A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

**48. Nos termos do art. 169 da Constituição Federal, a despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Coube à Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) fixar tais limites. Observe algumas espécies de despesa abaixo:**

- I. despesas relativas a incentivos à demissão voluntária.
- II. despesas derivadas da convocação extraordinária do Congresso Nacional pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
- III. despesas com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União para organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios.
- IV. despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados.

**Dentre as despesas que não serão computadas nos limites da despesa total com pessoal, nos termos da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), está o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) III e IV, apenas.

**49. Tendo em vista a Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a alternativa CORRETA em relação a definição de dívida pública mobiliária.**

- A) Emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
- B) Dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios;
- C) Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses
- D) Compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações semelhantes, inclusive com o uso de derivativos financeiros
- E) Compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

**50. Nos termos da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), NÃO constitui hipótese compreendida entre as vedações:**

- A) a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.
- B) o recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação
- C) a assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a *posteriori* de bens e serviços.
- D) a compra de títulos da dívida da União pelos Estados e Municípios como aplicação de suas disponibilidades.
- E) a realização de operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.

**51. No Microsoft Word, uma tabela é uma estrutura que organiza informações em linhas e colunas, permitindo que você apresente dados de maneira clara e estruturada. As tabelas são usadas para exibir informações comparativas, organizar texto e números em formatos tabulares ou, até mesmo, para criar layouts personalizados dentro de um documento.**

**Se você quiser criar uma tabela em um documento Word, qual aba deve ser acessada?**

- A) Inserir
- B) Exibir
- C) Criar
- D) Objetos Microsoft Office
- E) Revisão

**52. Ataques cibernéticos são o termo geral para caracterizar tentativas, bem sucedidas ou não, de roubar, expor, alterar, desabilitar ou destruir ativos de terceiros por meio de acesso não autorizado a sistemas de computador.**

**Qual alternativa a seguir melhor descreve o ataque de "phishing"?**

- A) Um tipo de ataque que tenta enganar usuários para obter informações confidenciais.
- B) Um tipo de ataque que explora sistemas usados para criar senhas seguras.
- C) Um método de engenharia social que promete melhorar a conexão com a internet.
- D) Um método de ataque que desabilita a firewall usada para proteger a rede.
- E) O envio de arquivo malicioso por e-mail sem que o usuário tenha conhecimento.

**53. Um computador pode ser composto de diversos componentes, alguns dos quais essenciais e outros acessórios. Neste contexto, a placa-mãe em um computador é responsável por**

- A) gerenciar apenas a comunicação entre o processador e a memória RAM.
- B) apenas fornecer energia para todos os componentes do computador.
- C) controlar o sistema operacional.
- D) conectar e permitir a comunicação entre os principais componentes do computador.
- E) apenas gerenciar e armazenar dados temporários.

**54. Para qual finalidade abaixo, pode ser usada a função PROCV no Excel?**

- A) Somar valores em várias células.
- B) Verificar se uma célula está vazia.
- C) Encontrar itens em uma tabela ou um intervalo por linha.
- D) Contar o número de células não vazias.
- E) Filtrar dados em uma tabela.

**55. Redes Wi-Fi públicas são cada vez mais comuns, seja em espaços públicos, seja em estabelecimentos comerciais, de ensino, etc.**

**Assinale a alternativa que indica uma boa prática, ao usar tais redes no intuito de proteger suas informações pessoais.**

- A) Fazer downloads de arquivos grandes para testar a velocidade.
- B) Acessar apenas e-mails pessoais.
- C) Aceitar solicitações de acesso remoto ao sistema pelo proprietário da rede.
- D) Utilizar uma VPN para proteger a comunicação de dados.
- E) Usar sempre senhas fáceis de lembrar, mas que não sejam compartilhadas com outros usuários.

**56. Qual função abaixo é mais adequada para calcular a média aritmética de um intervalo de células no Excel?**

- A) = SOMA()
  - B) = MÉDIA()
  - C) = ARITMÉTICA()
  - D) = MÉDIA.ARITMÉTICA()
  - E) = MÉDIA\_ARITMÉTICA()
- 

**57. Navegadores de internet (ou browsers) são softwares, que permitem acessar e visualizar páginas e outros conteúdos na web. Muitos navegadores exibem pedido de permissões para armazenar cookies conforme as especificidades de páginas específicas.**

**Qual alternativa a seguir melhor descreve o que é um cookie de navegador?**

- A) Um arquivo de segurança que protege contra hackers.
  - B) Um arquivo temporário que armazena informações sobre as visitas a websites.
  - C) Um arquivo permanente que previne o acesso de robôs (bots) em páginas, garantindo que a tentativa de acesso foi feita por um usuário válido.
  - D) Um arquivo temporário que garante o acesso de usuários apenas em alguma localidade (por exemplo país) específica.
  - E) Um arquivo permanente ou temporário que prepara o sistema operacional para acelerar downloads.
- 

**58. Qual das alternativas abaixo melhor descreve a função de um navegador de internet?**

- A) Proteger o computador contra vírus.
  - B) Editar documentos online.
  - C) Acessar e visualizar páginas da web.
  - D) Armazenar senhas de forma segura.
  - E) Bloquear pop-ups e anúncios.
- 

**59. Para verificar a ortografia e a gramática de um documento no Word, você deve clicar em**

- A) Inserir -> Revisão de Texto
  - B) Exibir -> Ortografia e Gramática
  - C) Revisão -> Ortografia e Gramática
  - D) Layout -> Verificar Erros de Ortografia e Gramática
  - E) Arquivo -> Revisar Texto -> Revisão Gramatical
- 

**60. Qual das opções a seguir permite alterar o espaçamento entre as linhas de um parágrafo?**

- A) Inserir -> Tabelas
  - B) Layout -> Tamanho da Página
  - C) Página Inicial (Início) -> Fonte
  - D) Página Inicial (Início) -> Estilos
  - E) Página Inicial (Início) -> Parágrafo
-

**CADERNO 61**  
**TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR**